

Exemplos desalentadores

O PAPEL desempenhado pelo déficit público nas atribuições da economia brasileira é sujeito a curiosas oscilações. Do ponto de vista oficial, ele tem sido tanto o grande vilão como simples coadjuvante da inflação; já o deram, faz pouco mais de um ano, como zerado ou quase.

PARA O empresariado, o alto déficit tem duplo significado: por um lado perturba todas as tentativas de ordenar a economia; por outro, é símbolo da incompetência, ou inapetência, do Governo no que se refere a fazer os sacrifícios que pede ao resto da sociedade.

A DISCUSSÃO, tal como hoje se apresenta, perde de vista um dado essencial. Ou seja, a questão da eficiência da burocracia oficial. Em outras palavras, esquece-se que, seja qual for a adjudicação acoplada ao déficit, a máquina oficial precisa de qualquer maneira passar por um processo drástico de emagrecimento para que possa funcionar melhor. O que, acontecendo, será benéfico para o Estado e para a iniciativa privada. Constituirá, sempre, fator importante de desenvolvimento, independentemente do índice da inflação.

SE ESQUECERMOS o quanto é vital transformar a administração direta e indireta num corpo esguio e ágil, corremos o risco de, aos primeiros êxitos no combate à inflação, darmos por

adiável a sua modernização. E a falta de eficiência continuará freando o crescimento da economia.

SÃO EXEMPLOS perfeitos do problema os casos do Instituto do Açúcar e do Alcool e do Instituto Brasileiro do Café. O primeiro Ministro da Indústria e do Comércio da Nova República, Roberto Gusmão, definiu ambos como mastodontes, de alto custo e baixo rendimento. Estudos para a sua extinção foram iniciados, mas deram em pouco: no IBC, optou-se por uma reforma — a qual, a bem da verdade, realmente cortou boa quantidade de gordura —, enquanto no IAA simplesmente nada se fez.

A TEMPORADA eufórica do Plano Cruzado certamente responde pelo abandono dos projetos de Roberto Gusmão. Agora, quando a euforia é produto fora do mercado, nada justifica que não se promova, ao menos, um sério reestudo do problema. Dentro e fora do Governo, existe a opinião de que ninguém conhece melhor a hora de plantar e de vender do que quem planta e vende — e a presença do Estado, como órgão de decisão e controle, muito mais atrapalha do que ajuda a iniciativa privada.

A AGRICULTURA precisa de assistência técnica? Isto é missão do Ministério da Agricul-

tura. É necessária uma política oficial para o crédito e a exportação? Aí estão, com tanta assessoria, os Ministérios da Fazenda e da Indústria e do Comércio, e o Banco do Brasil. A existência das autarquias especializadas é, no mínimo, sujeita a discussão.

NO QUE SE refere ao café, o enxugamento do IBC proporcionou uma economia anual de CZ\$ 350 milhões. Graças a isso, o orçamento deste ano é de CZ\$ 690 milhões — dois quais 65 por cento vão pagar os salários de 2.200 funcionários. Acresce que foi há menos de um ano criado o Conselho Nacional de Política Cafeeira, em mais uma demonstração da irresistível tendência a fazer reformas através do enriquecimento dos organogramas.

QUANTO AO IAA, o simples projeto de reestruturação foi bloqueado — segundo informação do Ministério da Administração — por reação dos usineiros. A ser verdade, é mais um exemplo da decisão técnica curvando-se a ingerências políticas. De qualquer maneira, o panorama não é alentador.

EM SUMA, tanto IAA como IBC simbolizam, hoje, a timidez oficial na consecução de uma política que o próprio Governo sustenta ser traço essencial de seu perfil: a redução drástica da presença do Estado na economia.